

**MINIDISTRITOS INTEGRADOS:
POLÍTICA PÚBLICA DE INTEGRAÇÃO ENTRE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E MORADIAS**

ORLANDO JOSÉ BOLÇONE ¹
HELENA CARVALHO DE LORENZO ²

INTRODUÇÃO Este trabalho foi desenvolvido como um estudo de caso de política pública voltada para a organização espacial da atividade industrial de micro e pequenas empresas, analisando seus impactos na geração de emprego e renda e no surgimento de novas atividades econômicas. O estudo procurou verificar como as micro e pequenas empresas do Município de São José do Rio Preto, durante o período de 1983-1998, organizaram sua sobrevivência e desenvolvimento a partir da oferta de um espaço organizado por parte do poder público, e como tal política constituiu-se em fator de estímulo às mesmas e de sua integração com o espaço urbano local. Foram discutidas as vantagens sociais e econômicas que o poder público pode gerar, através de sua intervenção na promoção da instalação de micro e pequenas empresas; foram analisadas as formas de intervenções que não precisam necessariamente ocorrer sob forma tradicional de concessão de subsídios; foi mostrado que a disponibilidade de espaço físico pode se constituir em fator importante para a organização e ampliação dos pequenos negócios.

A política estudada propunha uma nova concepção de política pública de incentivo, que diferenciava-se das políticas públicas até então praticadas, as quais, de um modo geral, tinham como estratégia principal a doação de lotes de terrenos e concessões de subsídios.

Constituiu-se, assim, em política pública de desenvolvimento local com intervenção na área industrial e habitacional e visava aproximar o emprego da moradia e sua integração à malha urbana e aos equipamentos públicos existentes. Visava, também, redução dos custos operacionais de manutenção da cidade, eliminação dos gastos com aluguéis das famílias beneficiadas, redução do tempo de deslocamento com transporte e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida. Esta política pública apoiava-se em duas ações integradas e complementares: o Programa de Minidistritos Industriais e o Programa Nossa Terra, ambos componentes de várias unidades de projetos.

Outra característica peculiar foi o fato de que neste programa os lotes de terrenos deveriam ser vendidos e não doados. Não se concederia isenção de subsídios de impostos ou taxas que são, comumente, os principais instrumentos de políticas públicas de incentivo à instalação de distritos industriais usualmente utilizados. Os minidistritos foram planejados com localização junto à malha urbana, formando um conjunto integrado de lotes residenciais e lotes para fins empresariais. As estratégias principais deste programa objetivavam realizar uma intervenção maior no espaço urbano e promover a integração entre a habitação popular e a atividade de micro e pequenas empresas daí serem inicialmente concebidos como Minidistritos Integrados.

A pesquisa realizada e o levantamento de dados e informações sobre a implantação e evolução dessa política pública, evidenciou que o programa pode ser estudado em dois momentos: entre os anos de 1982 e 1987, que compreendem o período inicial do planejamento da implantação do programa; e, entre os anos de 1988 até o presente, que compreendem a etapa de reestruturação e consolidação do mesmo. As mudanças nos rumos iniciais do programa e a forma como as empresas instaladas nos minidistritos industriais foram capazes de enfrentar a forte crise econômica dos anos 80 e de organizar um processo de reestruturação de suas atividades foram os fatores que definiram o segundo momento da análise dos minidistritos industriais.

1 PROGRAMAS DE MINIDISTRITOS INDUSTRIAIS

O Programa de Minidistritos Industriais foi planejado a partir do diagnóstico constante do documento *Perfil Municipal* elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento no final de 1981. Este documento descrevia a realidade sócio - econômica do Município de São José do Rio Preto ; estudava seu desenvolvimento recente e fazia propostas de políticas públicas para o equacionamento de seus principais problemas.

Dentre as diversas políticas públicas locais sugeridas pelo documento, uma delas tratava da questão industrial, constatando a existência de micro e pequenas indústrias que estavam mal ou inadequadamente instaladas e outras empresas que queriam iniciar suas atividades em local próprio. No primeiro semestre de 1983, durante as discussões do Plano Quinquenal de Participação Comunitária³, a mesma questão voltaria à tona. Dentro do diagnóstico desta realidade é que ocorreu a concepção do Programa de Minidistritos Industriais.

A concepção inicial do Programa de Minidistritos Industriais apoiava-se tecnicamente na visão predominante de que o desenvolvimento local devia fundamentar-se necessariamente no incentivo à industrialização. Esta estratégia de desenvolvimento inseria-se nas políticas públicas praticadas pelos governos federal e estadual desde a década de 1970⁴.

O Programa de Minidistritos Industriais, foi organizado através de uma estratégia de intervenção de política pública que teve três objetivos: econômicos, sociais e ambientais. No plano econômico, a geração de empregos para acompanhar o crescimento demográfico da cidade era uma das metas. A criação de novos pólos de desenvolvimento (os minidistritos) levaria à descentralização das atividades da região central da cidade. Esta descentralização, por sua vez, conduziria o desenvolvimento às regiões de menor renda, localizadas nos bairros da periferia. As micro e pequenas empresas, ao terem acesso à sua sede própria, teriam melhores condições de planejamento, criando novas perspectivas de crescimento a médio e longo prazo. A redução do custo do terreno, obtida através da intervenção do poder público e da concessão de facilidades de pagamento a longo prazo, possibilitariam às micro e pequenas empresas melhorias em seu fluxo de caixa.

A possibilidade de terem sua sede poderia proporcionar aos empresários melhores condições de obtenção de crédito, pois o imóvel tinha condições de ser oferecido como garantia aos bancos oficiais (BADESP⁵, BANESPA, CEF, e BANCO DO BRASIL) para a obtenção de empréstimos. O programa também dispensava a apresentação de certidões negativas, normalmente exigidas (protestos, débitos tributários e previdenciários), a fim de desburocratizar o processo de participação.

Os objetivos sociais visavam propiciar à população de baixa renda⁶ um aumento de seus recursos obtidos pela diminuição de seus gastos com transporte. Com a aproximação do local de trabalho à moradia, não seria necessário o deslocamento do trabalhador via transporte coletivo. Supunha-se que esta condição também poderia melhorar as chances do trabalho feminino, principalmente na indústria de confecções.

O Município, por deter o poder de fiscalização sobre as atividades produtivas, poderia intervir no seu controle e incentivar ações geradoras de empregos. Além da geração de emprego e novas rendas, poder-se-ia também aumentar as disponibilidades financeiras das famílias através do oferecimento de serviços públicos, o que permitiria uma redução nas despesas familiares.

Quanto aos objetivos ambientais, o programa visava ordenar as atividades das micro e pequenas empresas facilitando sua organização e oferecendo condições de melhoria na qualidade de vida da população que viveria no entorno dos minidistritos, inversamente ao que ocorre com a instalação de distritos industriais tradicionais que, em geral, degradam a qualidade de vida das regiões vizinhas. Além disso, objetivava-se, a médio e longo prazos, uma melhoria na qualidade de vida dos bairros, pois, ao longo do tempo, o espaço físico onde as micro e pequenas indústrias se instalam, freqüentemente passam a ser dominados por

residências. Com a transferência das micro e pequenas indústrias deveria ocorrer uma ocupação mais branda e compatível com as novas necessidades dos bairros para onde as indústrias se transfeririam.

Os minidistritos deviam ocupar vazios urbanos, a fim de não induzirem a ampliação do perímetro urbano e sua malha viária. A localização dos minidistritos industriais deveria preservar a qualidade de vida dos bairros vizinhos, de modo a separar a atividade industrial da convivência das famílias, localizando-se próximos de serviços públicos urbanos de saúde, educação, assistência à família e centros comunitários.

Os custos de implantação seriam racionalizados pelo fato de não haver necessidade da construção de novas vias de acesso, pois utilizar-se-ia na malha já existente, assim como na infra-estrutura. Ainda com relação a localização, procurar-se-ia produzir lotes que não demandassem movimentos de terra e aterros para não onerar os custos de construção.

Para a integração da habitação, ao lado das empresas, o programa considerou como referência a evidência de que a mão-de-obra próxima ao trabalho constituiu-se em fator preponderante na instalação de indústrias. O poder público buscou, através dessa política, um equilíbrio entre a oferta da mão-de-obra e a necessidade das empresas, além de considerar os impactos ambientais relativos à ocupação do solo, às condições de habitação e à circulação das pessoas.

A integração dos minidistritos industriais com os conjuntos habitacionais deveria ter como finalidade a redução da despesa familiar com aluguel e transportes, já que os minidistritos industriais estariam localizados em áreas onde a distância maior das residências não excederia 1.000 metros. Um dos aspectos positivos do programa deveria ser também o de propiciar um aumento do tempo disponível do trabalhador para convívio com sua família, pois o deslocamento do trabalho até sua moradia, que antes durava cerca de 40 minutos, poderia ser reduzido para menos de 15 minutos. A proximidade entre a residência e o trabalho também permitiria que o trabalhador pudesse melhorar sua alimentação e a sociabilidade, ao tomar suas refeições junto da família.

A definição das áreas para a localização dos distritos industriais foi elaborada de acordo com critérios que permitissem o melhor aproveitamento possível tanto dos espaços urbanos disponíveis, quanto dos custos de oportunidade para os micro e pequenos empresários. Diferentemente da concepção tradicional vigente na época, que entendia distritos industriais como um local para a implantação de indústrias, em geral afastado do centro urbano e apoiado em políticas de incentivos, o programa buscava incentivar setores específicos já presentes no município e entendia que seria muito difícil implantar um minidistrito longe da malha urbana e dos equipamentos sociais. Dessa forma, buscou-se na teoria de localização vigente na época os fatores determinantes da escolha das áreas para a implantação dessa política pública⁷.

A escolha da localização dos futuros empreendimentos, assim, procurou centrar e privilegiar áreas que apresentassem mais vantagens, considerados os aspectos de sua *macrolocalização*, que define a região de forma mais ampla; e, sua *microlocalização*, que releva as condições físicas do terreno.

Quando se focaliza a *macrolocalização* de indústrias, podem ser considerados *fatores técnicos e econômicos* que condicionam a escolha da localização industrial⁸. Em primeiro lugar, devem ser observados os *custos e a eficiência dos transportes*, que são resultantes do custo e da qualidade dos serviços de transportes prestados, tanto para a obtenção de matéria-prima quanto para a distribuição do produto acabado. Inúmeras alternativas de transportes de diversas modalidades (aéreo, rodoviário, ferroviário ou hidráulico) otimizam a localização. As *áreas de mercado* são outro fator que auxilia esta otimização, pois a *dimensão e a localização do mercado* vão influir diretamente na escolha locacional. Além disso, a *proximidade com a concorrência e com o consumidor* é relevante pois este setor certamente aumenta a rentabilidade do empreendimento e oferece vantagens mercadológicas.

A *disponibilidade e os custos da mão-de-obra* são também fatores de relevância na localização industrial, uma vez que a força de trabalho, pela sua quantidade, qualificação profissional, nível de escolaridade e treinamento, influirá decisivamente na definição do local de instalação do prédio. As indústrias deixam eventualmente grandes centros urbanos à procura de redução dos gastos com mão-de-obra. Também o *custo da terra* deve ser analisado, sobretudo a possibilidade da mesma oferecer condições para a realização de construções horizontais e/ou futuras expansões. Atualmente a oferta de áreas industriais, sob a forma de doação às empresas que queiram se instalar é quase uma praxe nos municípios. Raros são aqueles que não concedem alguma forma de incentivo.

A *disponibilidade de energia* também se constitui em outro fator relevante. Por tratar-se de recurso indispensável aos empreendimentos industriais, deve ser considerada em sua capacidade atual e em seu potencial futuro de fornecimento, assim como os custos de instalação. O *suprimento de matérias-primas* é outro fator importante, devendo levar em conta as perspectivas futuras em relação à sua quantidade, qualidade e custo. Também o fator *disponibilidade de água* influenciará a decisão locacional em razão do seu custo de obtenção, da manutenção da fonte de fornecimento e da certeza da inexistência de racionamento.

A *eliminação de resíduos* de uma indústria, seu eventual impacto na poluição ambiental, pode ser fator limitante para sua instalação. *Dispositivos fiscais ou financeiros* que possibilitem acesso ao crédito subsidiado ou à isenção de impostos são aceitos como fatores de atração às empresas industriais. Assim também as *economias de aglomeração*, resultantes da existência de local adequado com infra-estrutura apropriada, constituem marcante fator de localização industrial. A proximidade de uma rede de serviços públicos e privados também é fator de economia de aglomeração.

Quanto à microlocalização e à escolha do local do terreno devem ser levadas em conta as *condições do relevo*, ou seja, as características do solo, a declividade do terreno e a eventual necessidade de terraplanagem ou drenagem. Este fator de microlocalização industrial pode significar redução ou aumento de custos tanto na construção da obra quanto em sua operacionalização *a posteriori*. A qualidade do solo considera sua resistência, as formações rochosas, o nível do lençol freático e a existência de vegetação, elementos que podem onerar a implantação da indústria.

As *vias de acesso e de comunicação* são relevantes na microlocalização industrial, pois a proximidade de um centro urbano, de uma via de acesso, uma hidrovia, uma estrada de rodagem ou uma via férrea pode determinar a redução dos custos na implantação do projeto e no exercício das atividades operacionais da empresa. Também a *existência de serviços públicos* como energia elétrica, esgotamento sanitário, transporte coletivo, coleta de lixo, ensino e saúde para as famílias que fornecerão mão-de-obra, assim como água potável, são fatores imprescindíveis a serem avaliados na escolha do terreno.

Na análise da *infra-estrutura disponível* para a produção e distribuição dos produtos, deve-se levar em conta sua capacidade atual e futura. Ponto igualmente relevante é a situação legal da propriedade, que deve ser examinada quanto à legitimidade do agente e sua competência na alienação do bem imobiliário, assim como eventuais restrições constantes da Lei de Uso do Solo.

Para a elaboração do programa foi considerado que a potencialidade de crescimento da área onde se localizariam as indústrias deveria ser determinante na escolha locacional. Este desenvolvimento futuro, logicamente, continha incertezas que fugiam da análise das condições econômicas globais do investimento. Todavia, as análises custo/benefício deveriam servir como instrumento de apoio à tomada de decisões, procurando restringir as incertezas, tornando-as administráveis. Considerou-se, também, que a implantação de uma empresa industrial poderia acarretar transformações na região escolhida, mudando sua dinâmica, com conseqüências no desenvolvimento da economia local a curto e médio prazos.

Dessa forma, através desses instrumentos clássicos, buscou-se enfatizar que a realização e o planejamento do Programa de Minidistritos Industriais não ocorreu ao acaso, mas sim observando-se o conhecimento teórico então disponível.

2 A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE MINIDISTRITOS INDUSTRIAIS

Entre 1982 a 1987 foram fixadas as regras que iriam orientar a implantação do programa. Ficou estabelecido inicialmente que os minidistritos industriais seriam implantados para atender três ramos industriais e seus assemelhados: moveleiro, serralheiro e confecções.

A escolha destes segmentos foi orientada pela demanda dos interessados e pelas potencialidades oferecidas pelos ramos de negócios. Os três segmentos escolhidos apresentavam grandes perspectivas de crescimento. Estes ramos industriais tinham forte participação das incipientes micro e pequenas empresas locais, as quais se encontravam em locais impróprios para o exercício de suas atividades, tanto no aspecto organizacional, no “layout”, espaço físico, ambiente ou ponto comercial, como também no aspecto legal, visto que a CETESB exercia fiscalização regular e a Legislação de Uso de Solo Municipal (Lei de Zoneamento/1984) impedia ampliações das micro e pequenas indústrias indevidamente localizadas.

É importante lembrar que neste período o mercado brasileiro encontrava-se protegido da concorrência internacional e que o processo de abertura política criava na população um clima de esperança. Quanto às políticas públicas, o Estado e a União foram cada vez mais se afastando da operacionalização das mesmas.

Até 1987 os minidistritos eram exclusivamente industriais, sendo impedida a instalação de outras atividades que não fossem relativas ao setor industrial; no entanto, as dificuldades econômicas, que já nessa época caracterizaram a economia brasileira, levaram a mudança de rumo no projeto inicial.

A partir de 1988 as empresas brasileiras procuraram adaptar-se às novas realidades econômicas que iam se impondo. A queda da atividade econômica ocorrida no Brasil, no período, forçou as empresas a reduzirem seus custos; para isso, utilizaram-se das mais diferentes estratégias administrativas como corte de pessoal, diminuição dos níveis gerenciais e, em casos extremos, mudança do ramo de negócios. As micro e pequenas empresas, além destas ações citadas, adotaram outras estratégias de sobrevivência que muitas vezes significou a atuação na informalidade⁹.

Em consequência, a Prefeitura Municipal procurou flexibilizar a adesão de novos empreendedores, não mais restringindo ao setor de atividades industriais. Os minidistritos industriais transformaram-se então em minidistritos industriais e de serviços. Posteriormente, em 1995, foi criado o Centro Comercial Jardim Santo Antônio, localizado no loteamento popular de mesmo nome, com fins exclusivamente comerciais.

Assim a política pública de incentivo às micro e pequenas empresas, objeto de estudo deste trabalho, teve que adaptar-se ao ambiente econômico externo e às circunstâncias ditadas pela nova realidade econômica e social. Na avaliação do Programa de Minidistritos Industriais poder-se-á observar, por outro lado, que as empresas, mesmo diante das dificuldades, conseguiram crescer.

2.1 A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O primeiro minidistrito industrial instalado foi do Tancredo Neves, localizou-se na zona leste do Município de São José do Rio Preto. Sua área de 144.826,85 m² está encravada entre a Vila Toninho, a rodovia Washington Luís, o Conjunto Habitacional CAIC (CDH) e uma área particular (parte dessa área estava destinada a um loteamento e outra parte reservada à proteção dos mananciais que abastecem a cidade). Está dividido em 366 lotes com metragem de 350 a 450 m². Este minidistrito, em 1998, era constituído por 129 micro e

pequenas empresas. Anexo e integrado ao mesmo, foi implantado o loteamento popular Cristo Rei, com 849 lotes com metragem de 200 m² cada. Embora seu planejamento e sua implantação tivessem ocorrido desde 1983, foi em 1986 que o Projeto de Lei foi enviado à Câmara Municipal, onde foi aprovado e homologado pela Lei nº 3874 de 27/6/86. Essa Lei criava o minidistrito industrial e autorizava a Prefeitura Municipal a alienar as áreas industriais aos micros e pequenos empresários previamente inscritos e selecionados por sorteio. A implantação desse primeiro minidistrito industrial norteou as demais, cujas normas veremos mais adiante.

A Tabela 1 mostra a situação de todos os minidistritos industriais em 31/12/98. Como se observa, ao longo de 12 anos, 523 micros e pequenas empresas haviam participado do Programa, ocupando 983 lotes, o que totalizava 543.582,41 m². Este número representa cerca de 50% da área do primeiro grande distrito industrial instalado no Município de São José do Rio Preto, no início da década de 70, que dispunha de área total de 1.016.400 m².

Tabela 1 – Município de São José do Rio Preto: Estado de São Paulo – 1998
Minidistritos Industriais e de Serviços: data de implantação, área, número de lotes e números de empresas

| Mini Distritos | Implantação | Área (m ²) | Total Nº de lotes | Nº de Empresas Participantes |
|------------------------------------|-------------|---------------------------|-------------------------|---------------------------------------|
| Tancredo Neves* | 27/06/86 | 144.826,85 | 366 | 129 |
| João Paulo II – mini 1* | 22/06/87 | 31.464,00 | 58 | 37 |
| Solo Sagrado* | 29/07/87 | 66.732,35 | 123 | 64 |
| Heitor J. Eiras Garcia I e II* | 07/12/88 | 9.360,00 | 26 | 13 |
| João Paulo II – mini 2* | 22/05/89 | 10.044,67 | 49 | 21 |
| Ernesto Garcia Lopes* | 05/05/92 | 9.932,58 | 39 | 23 |
| Ary Attab** | 10/07/92 | 52.335,57 | 52 | 48 |
| Centenário da Emancipação** | 13/04/94 | 179.039,50 | 155 | 114 |
| Edson Pupim e Anatol Konarski** | 20/05/94 | 8.328,93 | 18 | 17 |
| José Felipe Antônio | 07/10/94 | 9.483,08 | 20 | 13 |
| Jd. Santo Antônio*** | 16/05/95 | 9.182,88 | 48 | 29 |
| Giuliane I* | 02/12/96 | 12.852,00 | 29 | 15 |
| Total | - | 543.582,41 | 983 | 523 |

Fonte: São José do Rio Preto – SEMPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento de São José do Rio Preto – Conjuntura Econômica – 1998.

*Minidistritos Industriais, ** Minidistritos Mistos e *** Centro Comercial

O segundo minidistrito foi implantado em 1987 e denominou-se João Paulo II. Ocupava três áreas distintas, mas na mesma região. O chamado Mini 1 (Lei nº 4074 de 22/6/87), o Mini 2 (Lei nº 4511 de 22/5/89) e o Minidistrito Ernesto Garcia Lopes (Mini 3), embora já estivessem em fase de planejamento e ocupação, tiveram por razões políticas sua denominação efetivada somente em 1992 pela Lei nº 4997. Por tratar-se de área pertencente ao Município, remanescente de loteamento particular da década de 70, esse local, mesmo ainda em fase de regularização, foi utilizado para o Programa. Sua legalização foi reiniciada em 1993 e concluída em 1996 pela Lei nº 6463. Localizava-se na zona norte da cidade.

Diferentemente do anterior, no Minidistrito Industrial João Paulo II adotou-se, por consenso da maioria dos participantes até então inscritos, a venda do primeiro terreno para uma micro empresa que atuava na área química¹⁰.

Os quatro minidistritos industriais juntos somam 175 lotes (64.293,25 m²), com um total de 96 micro empresas atendidas, integrados ao Loteamento Popular João Paulo II, onde foram urbanizados 2.130 lotes. Essa área, que foi desapropriada e paga pela Prefeitura Municipal, pertencia ao Liceu Coração de Jesus, entidade educacional religiosa com sede em São Paulo. Com a desativação do projeto educacional dessa entidade, a área passou a constituir-se em um preocupante vazio urbano. Após a implantação do loteamento popular, o local já se encontrava totalmente ocupado no início da década de 90.

Na mesma época implantou-se o Minidistrito Solo Sagrado, regularizado pela Lei nº 4118 de 29/7/87. Localizava-se na região norte da cidade e era integrado ao loteamento popular do mesmo nome. Dispunha de uma área destinada a 123 lotes industriais num total de 66.732,35 m², o que propiciou o atendimento de 64 micros e pequenas empresas. Os lotes populares urbanizados atenderam a 4.937 famílias.

O Minidistrito Heitor José Eiras Garcia teve sua implantação consumada pela Lei nº 4.440 de 07/12/88 e oferecia 26 lotes, onde se instalaram 13 empresas, em uma área total de 9.360,00 m².

Ainda na região noroeste, em 1992, implantou-se o Minidistrito Ary Attab, através da Lei nº 4981 de 10/7/92, que dispunha de uma área de 52.335,57 m² com 71 lotes que atendiam 60 empresas.

Na mesma região criaram-se, em 1994 e 1995, os Minidistrito José Felipe Antônio (Lei nº 5636 de 07/10/94), - com 9.483,08 m² e 20 lotes que foram destinados a 16 empresas - e o Centro Comercial Jardim Santo Antônio, já destinado a empresas de comércio de bairro (Lei nº 5818 de 16/5/95), com área total de 9.182,88 m² e 48 lotes, onde foram instaladas 29 empresas.

Em 1994, através dos Decretos 7585 e 7586, de 20/5/94, foi implantado o Minidistrito Industrial Anatol Konarski e Edson Pupim, em área também da região noroeste, com 8.328,93 m², destinados a 18 lotes, onde se instalaram 17 empresas.

Na região norte da cidade, em 1994, implantou-se o Minidistrito Centenário da Emancipação (Lei nº 5502 de 13/4/94). O projeto em questão localiza-se entre dois conjuntos habitacionais produzidos em parceria com a CDHU (Conjunto Duas Vendas). A área destinada ao minidistrito é de 179.039,50 m², que compreende 155 lotes que foram ocupados por 111 micros e pequenas empresas. A área destinada à habitação atendeu 737 famílias.

Em 1995, a Prefeitura Municipal redirecionou o uso de uma área anteriormente desapropriada para a construção de um cemitério no bairro popular Jardim Santo Antônio, pois essa determinação inicial não fora respaldada por qualquer estudo técnico que justificasse tal implantação. A área, com 10 alqueires, foi então destinada ao Programa de Minidistritos Industriais, onde haveria possibilidade da instalação de cerca de 100 micro e pequenas empresas. Esse minidistrito industrial encontra-se, presentemente, em processo de ocupação.

2.2 CONDIÇÕES DE VENDA DOS TERRENOS

O preço dos lotes dos minidistritos foi estabelecido através do levantamento de todos os custos (da terra à infra-estrutura) e dividido pelo número de m² de cada lote. Uma vez apurado o valor do metro quadrado, multiplicou-se pelo total de metros quadrados de cada lote, obtendo-se o valor final de venda. Esse valor foi dividido pelo número de pagamentos (até 35 meses) para a definição da prestação mensal, que não poderia ser inferior a um salário mínimo.

As despesas administrativas e o custo das áreas verdes e institucionais não foram computadas nos valores dos lotes porque ficaram sob responsabilidade do Município, pois entendeu-se que são áreas de uso público e, como tal, deviam ter seus custos assumidos pelo

Erário Municipal. O valor de venda por metro quadrado, atualizado em 31/12/99, seria de R\$ 13,60. Assim, um lote habitacional (200m²) custaria o equivalente a R\$ 2.720,20 enquanto o lote industrial mínimo (350 m²) estaria avaliado em R\$ 4.760,00.

O prazo para pagamento do lote habitacional poderia atingir até 192 meses, enquanto o prazo para o industrial não poderia ultrapassar 35 meses¹¹. Os lotes industriais podiam ser anexados para a formação de um módulo, com no máximo 2.250 m² de área, pois tal metragem era considerada satisfatória para aquelas micros e pequenas indústrias.

Posteriormente, em 1993, estabeleceram-se novos padrões: terreno mínimo de 500 m² e terreno máximo de 1.000 m² (dois lotes), a fim de atender à nova realidade das micros e pequenas indústrias que passaram a necessitar de espaços físicos menores.

A implantação do Programa de Minidistritos Industriais obedeceu basicamente a duas orientações: a ocupação do solo urbano e a alienação dos terrenos. A primeira seguiu as teorias que tratam a localização industrial em seu caráter econômico, pois as empresas industriais somente se instalaram em locais onde podiam minimizar seus custos e maximizar seus lucros. A segunda orientação básica levou em conta os aspectos urbanos que orientavam a intervenção nos minidistritos, nos loteamentos populares, considerando também a implantação de ambos junto à malha urbana e equipamentos públicos.

As alienações dos terrenos foram realizadas mediante venda, através de concorrência pública amplamente divulgada, sem a concessão de subsídios creditícios ou fiscais. Tal condição se impunha pela adoção de uma política pública de recuperação dos custos realizados e a formação de um fundo para investimentos futuros.

3 AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE MINIDISTRITOS INDUSTRIAIS

O estudo realizado procurou responder inicialmente à questão dos motivos que levaram os micro e pequenos empresários a aderirem ao Programa de Minidistritos Industriais. Partiu-se da hipótese de que existem vantagens na intervenção do poder público municipal em criar espaços específicos destinados às micros e pequenas empresas, possibilitando o início e/ou a ampliação de suas atividades. As diversas formas de intervenções foram apresentadas no transcorrer deste texto, e neste item serão analisados os resultados obtidos pelo programa implantado.

Para identificar tanto a exequibilidade quanto às limitações do programa estudado, foram utilizadas a análise dos “dossiês” relativos às empresas instaladas nos minidistritos industriais. Foi realizada também uma pesquisa de campo¹² junto das empresas instaladas no Minidistrito Tancredo Neves¹³.

3.1 ADESÕES E DESISTÊNCIAS DO PROGRAMA DE MINIDISTRITOS INDUSTRIAIS

Ao longo de 12 anos, desde que foi alienada a primeira área nos minidistritos industriais, entre o ano de 1986 até 31.12.1998, houve 968 manifestações de interesse de instalação ou de ampliação de áreas nos minidistritos industriais. As desistências neste período totalizaram 383 participantes. É preciso salientar também que, em 1998, existiam 523 empresas em funcionamento e 62 em instalação, num total de 585 micros e pequenas empresas instaladas ou desenvolvendo projetos de instalação.

Observa-se, ainda, que em 1998 ocorreram 161 vendas de terrenos e 61 revogações, havendo, portanto, 100 novas adesões, número que somente foi suplantado em 1994 com 196 vendas. As retificações se referem à transferência da propriedade das microempresas e foram expressivas nos anos de 1992 com 19 retificações, 1993 com 17 e 1994 com 18, o que demonstra também os efeitos da nova realidade do mercado, fortemente competitivo.

Traçando-se um perfil das empresas que continuaram no programa, observa-se que, em 1998, 22,05% delas eram comerciais, 18,97% metalúrgicas, 18,29 % do setor moveleiro e 10,60%

correspondiam às prestadoras de serviços. A Tabela 2 apresenta a distribuição das empresas por setores.

Em 1998, os setores de comércio e serviços tinham 191 empresas participantes do Programa de Minidistrito Industriais, o que representava 33,64% do total de empresas instaladas e/ou em instalação no minidistrito industrial. Excluindo deste total as 29 empresas comerciais do Centro Comercial Santo Antônio, teremos um universo de 556 empresas, das quais 29,13% são comerciais ou prestadoras de serviços. Pode-se também notar que a flexibilização das atividades, com a permissão da instalação de empresas de comércio e de serviços, propiciou uma mudança no perfil do Programa de Minidistritos Industriais, para uma adaptação às exigências das novas demandas do mercado. Assim, empresas que antes se dedicavam à industrialização de confecções, por exemplo, optaram pelo comércio.

Tabela 2 – Município de São José do Rio Preto: Estado de São Paulo – 1998
Minidistritos Industriais e de Serviços – Ramo de Atividade

| Empresas instaladas (525) e em instalação (60) Ramo e Atividade | Quantidade | Porcentagem |
|---|------------|-------------|
| Comércio | 129 | 22,05 |
| Metalúrgico | 111 | 18,97 |
| Moveleiro | 107 | 18,29 |
| Construção Civil | 68 | 11,62 |
| Prestação de Serviços | 62 | 10,60 |
| Confecção | 38 | 6,50 |
| Alimentícios | 29 | 4,96 |
| Gráfico | 13 | 2,22 |
| Calçados/Couro | 13 | 2,22 |
| Material Plástico | 10 | 1,71 |
| Químico | 5 | 0,85 |
| Total | 585 | 100 |
| Empresas instaladas | 525 | - |
| Empresas em implantação | 60 | - |

Fonte: São José do Rio Preto – SEMPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento de São José do Rio Preto – Conjuntura Econômica – 1998.

Observa-se que a inexistência de espaço próprio, a precariedade dos locais onde as micro e pequenas empresas estavam instaladas e a necessidade de crescimento foram os principais motivos que levaram os micro e pequenos industriais a aderirem ao Programa de Minidistritos Industriais.

Foram diversos os motivos de adesão ao Programa de Minidistritos Industriais pelos micro e pequenos empresários: necessidade de aumento de área disponível, reorganização do espaço físico, ampliação e/ou reordenação das atividades comerciais e industriais, perspectivas de crescimento para atender aos novos mercados, exigências em razão de restrição da legislação do uso de solo ou normas ambientais da CETESB e desejo de aumento das vendas, entre outros. Os motivos preponderantes, porém, foram a precariedade das instalações onde se encontravam e a localização inadequada.

Analisando-se as empresas que se instalaram no Minidistrito Industrial Tancredo Neves, no período de 1984 a 1988, percebeu-se que as mesmas encontravam-se em instalações precárias, pois nenhuma estava localizada em região específica para atividades industriais. Das empresas pesquisadas, 79% encontravam-se em área residencial e 21% em área comercial.

Analisando-se as desistências, através do exame dos “dossiês” das empresas que se inscreveram, mas se afastaram do programa, observou-se que, desde o início do Programa até 1998, 383 empresários desistiram de participar da implantação de suas empresas, ou seja, 41% do total inicial de interessados.

Para melhor apresentar os motivos que levaram as empresas a desistirem de continuar no programa foi elaborada a Tabela 3, tendo como base informações constantes das cartas de desistências contidas nos “dossiês” das empresas arquivados na Secretaria Municipal de Planejamento do Município de São José do Rio Preto.

Tabela 3 – Município de São José do Rio Preto: Estado de São Paulo – 1998
Principais fatores para a desistência do Programa de Minidistritos Industriais

| Fatores de desistência | Empresas Entrevistadas | Percentagem % |
|-------------------------------|------------------------|---------------|
| Crise Econômica | 260 | 67,89 |
| Dificuldades de Administração | 33 | 8,62 |
| Carga Tributária | 23 | 6,01 |
| Falta de incentivo | 20 | 5,23 |
| Dificuldades de Planejamento | 9 | 2,35 |
| Não Opinaram | 17 | 4,44 |
| Outros | 21 | 5,46 |
| Total | 383 | 100 |

Fonte: São José do Rio Preto – SEMPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento de São José do Rio Preto – 1998.

Através desta análise, observa-se também que 68% dos desistentes atribuíram sua desistência à crise econômica e à falta de incentivos; dificuldades de planejamento e carga tributária aparecem em cerca de 6% das informações. Dificuldades na administração e no planejamento totalizam mais de 10% das justificativas constantes dos *dossiês*, o que pode evidenciar falta de apoio e deficiências no treinamento dos microempresários. É necessário observar que apenas 5% apontam a falta de incentivo como motivo de desistência, donde se vê que tal fator não foi relevante para a totalidade das desistências.

Conforme se observa na Tabela 3, o grande motivo de desistências das empresas do Programa de Minidistritos Industriais foi a crise econômica, vindo posteriormente as dificuldades de administração, carga tributária e somente em quarto lugar, com apenas 5,23%, a falta de incentivos. Esta constatação respondeu a uma das questões propostas pela pesquisa, qual seja, de que é viável a instalação de distritos industriais sem que necessariamente o poder público ofereça subsídios fiscais ou creditícios.

Por outro lado, isto não significou que a política pública deva restringir-se unicamente à venda de terreno em condições especiais, pois é relevante, ou mesmo indispensável, o apoio administrativo no âmbito do planejamento, assessoria e treinamento, como se verificou no estudo das experiências internacionais. Isto pode representar fator preponderante no interesse do micro e pequeno empresário.

Em experiências bem sucedidas de implantação de políticas de incentivos às pequenas empresas há sempre a participação do poder público, quanto ao apoio às pequenas empresas sem criar dependência econômica.

3.2 CONDIÇÕES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

Para a análise dos resultados econômicos do Programa de Minidistritos Industriais utilizou-se da pesquisa realizada junto a 59 empresas instaladas no Minidistrito Industrial Tancredo Neves. A Tabela 4 abaixo foi elaborada a partir de questionários desta pesquisa.

A partir dos dados obtidos observa-se que, a instalação das empresas no Minidistrito Industrial Tancredo Neves representou também um aumento no faturamento das mesmas, pois 47% das empresas que se instalaram no Minidistrito Tancredo Neves tiveram seu faturamento aumentado, sendo que 22% o aumentaram em duas vezes e 3%, mais de três vezes.

No início do programa, as atividades desenvolvidas eram predominantes do ramo moveleiro, com 45%, do metalúrgico 30%, e, as de confecções 25%. Dez anos depois do início das atividades das primeiras empresas, observou-se que a ocupação inicialmente prevista com a destinação exclusiva dos lotes de terrenos para indústrias de micro e pequeno porte do ramo metalúrgico, moveleiro e de confecções foi alterada, praticamente, em sua metade (49%), conforme se observa na Tabela 5. Como já foi dito anteriormente, a flexibilização nas atividades, por uma questão de sobrevivência das empresas, justificou esta significativa mudança.

*Tabela 4 – Município de São José do Rio Preto: Estado de São Paulo
Minidistrito Industrial e de Serviços Tancredo Neves
Aumento de vendas após transferência para o minidistrito*

| Descrição | Empresas entrevistadas | Em percentagem (%) |
|--------------------------|------------------------|--------------------|
| Não aumentou | 31 | 53 |
| Aumentou 2 vezes | 13 | 22 |
| Aumentou 1 ½ vez | 4 | 7 |
| Movimento oscilante | 4 | 7 |
| Não soube precisar | 3 | 5 |
| Aumentou 3 vezes | 2 | 3 |
| Aumentou mais de 3 vezes | 2 | 3 |
| TOTAL | 59 | 100 |

Fonte: São José do Rio Preto – SEMPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento de São José do Rio Preto – 1998.

No caso analisado observou-se, assim, uma clara mudança no perfil das empresas participantes do programa, com uma queda na participação do setor industrial e, conseqüentemente, no de comércio e serviços.

Pode-se acrescentar, também, que o ramo de confecções foi o mais atingido. A idéia inicial do trabalho feminino incorporar-se às microindústrias de confecções localizadas próximas às suas residências foi substituída pelo exercício desta atividade na própria moradia, o que reduz custos para as empresas contratantes, além de contribuir para o aumento da informalidade e da queda na qualidade das condições de trabalho e relações de emprego.

Ainda no caso do ramo de confecções, a abertura do mercado à concorrência internacional, em que atuam principalmente países asiáticos, e o atraso tecnológico deste setor industrial brasileiro contribuíram para o fechamento de inúmeras indústrias, principalmente micro e pequenas.

*Tabela 5 – Município de São José do Rio Preto: Estado de São Paulo
Minidistrito Industrial Tancredo Neves
Divisão de Indústrias por Setor de Atuação*

| Setor | Unidades | Percentual |
|-----------------------|-----------|------------|
| Metalúrgico | 15 | 25 |
| Moveleiro | 14 | 24 |
| Comércio | 13 | 22 |
| Prestação de Serviços | 9 | 15 |
| Materiais Plásticos | 3 | 5 |
| Gráfico | 2 | 3 |
| Construção Civil | 1 | 2 |
| Químico | 1 | 2 |
| Confecções | 1 | 2 |
| Total | 59 | 100 |

Fonte: São José do Rio Preto – SEMPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento de São José do Rio Preto – 1998.

Na avaliação dos impactos de ordem econômica do Programa de Minidistritos Industriais para o Município, observou-se que ocorreram certas vantagens. Quanto às vantagens no plano das empresas, este estudo revelou que as micro e pequenas empresas participantes do programa, para terem acesso a um espaço próprio, tiveram que planejar seu crescimento, mesmo que de forma incipiente.

Nesse sentido tiveram que enfrentar uma “reestruturação” de suas atividades, do espaço físico disponível, da administração gerencial, e do controle de sua produção.

Um outro aspecto a ser mencionado quanto as vantagens econômicas, é a ampliação da participação dos micro e pequeno empresários em espaços próprios. Conforme dados da Fundação SEADE¹⁴, observamos na Tabela 6 que o Município de São José do Rio Preto tinha, em 1998, 1.287 empresas industriais. Destas indústrias, 850 estavam situadas em áreas industriais sendo que os distritos industriais tradicionais abrigavam 325 indústrias; nos minidistritos industriais localizavam-se 334 indústrias e 191 empresas comerciais e prestadoras de serviços e em outras regiões da cidade não destinadas a indústrias 628 empresas.

Tabela 6 – Município de São José do Rio Preto: Estado de São Paulo
Localização das Indústrias – 1998

| Localização de Empresas Industriais | Unidades | Percentual |
|--|--------------|------------|
| Minidistritos Industriais * | 334 | 26 |
| Distritos Industriais Tradicionais | 325 | 25 |
| Indústrias localizadas fora dos Mini e Distritos Industriais | 628 | 49 |
| Total | 1.288 | 100 |

Fonte: SEADE – 1998

* Os minidistritos abrigam também 191 empresas de comércio e serviços

Podemos observar que o Programa de Minidistritos Industriais logrou êxito, visto que dez anos depois da implantação do primeiro minidistrito (1988) já estavam em funcionamento 12 projetos. Segundo o relatório da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio do Município, em 1999, das 129 empresas que se instalaram no Minidistrito Tancredo Neves, 64 vendiam para outras regiões do Estado de São Paulo, 51 para outros estados e 2 (duas)

participavam de consórcios de exportação¹⁵. Tais fatos podem também representar indicadores do crescimento das empresas locais.

Quanto à geração de emprego e renda, a Tabela 7, elaborada a partir dos dados da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio de 1998, apresenta informações sobre o volume gerado. Os minidistritos industriais “tradicional” até então existentes no Município ofereciam 7.807 empregos formais, dos quais 1.670 estavam nos minidistritos industriais, o que corresponde a 21,38% do total. Os dois primeiros minidistritos instalados (Tancredo Neves, com 741 empregos e Solo Sagrado, com 457) superavam em número de empregos do Distrito Industrial Carlos Arnaldo e Silva, que é um distrito destinado às médias empresas. Pode-se dizer, assim que a geração de empregos embora tenha sido significativa foi menor que a quantidade inicial prevista.

Tabela 7 – Município de São José do Rio Preto: Estado de São Paulo – 1998
Número Total de Empregados por Distritos Industriais, Minidistritos Industriais e Centro Comercial

| Local | Nº de empregados |
|--|------------------|
| Distritos Industriais (A) | |
| Distrito Waldemar de Oliveira Verdi | 5.935 |
| Distrito Carlos de Arnaldo Silva | 203 |
| Subtotal (Distritos Industriais) | 6.138 |
| Minidistritos Industriais (B) | |
| Minidistrito Tancredo Neves | 741 |
| Minidistrito Solo Sagrado | 457 |
| Minidistrito João Paulo – Mini 1 | 65 |
| Minidistrito João Paulo – Mini 2 | 45 |
| Minidistrito João Paulo – Mini 3 | 54 |
| Minidistrito Ary Attab | 95 |
| Minidistrito Giuliane I | 66 |
| Minidistrito JD das Oliveiras | 16 |
| Minidistrito Centenário da Emancipação | 109 |
| Minidistrito José Felipe Antônio | 21 |
| Subtotal (Minidistritos Industriais) | 1.669 |
| Total (A+B) | 7.807 |
| Centros Comerciais (C) | |
| Centro Comercial Santo Antônio | 90 |
| Total (A+B+C) | 7.897 |

Fonte: São José do Rio Preto – SEMPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento de São José do Rio Preto – Conjuntura Econômica – 1998.

Ainda assim deve ser destacado que a forma como foi realizada a captação dos recursos gerados pelo programa trouxe sérios problemas ao desenvolvimento do mesmo, visto que foram conduzidos para o “caixa único¹⁶” da Prefeitura, o que os levou à dependência de recursos orçamentários, embora os programas de Minidistritos e Habitacional fossem auto-suficientes.

No que se refere aos recursos originados pelo Programa de Minidistritos Industriais, pode-se dizer que estes geraram, no mínimo, R\$ 7.392.726,22, já atualizados monetariamente para o ano 2.000, tendo em vista que o valor mínimo cobrado por metro quadrado era de R\$ 13,60. O programa habitacional gerou potencialmente R\$ 24.614.208,00, pois os lotes habitacionais do conjunto Cristo Rei foram vendidos por R\$ 2.899.20, correspondente a 192 pagamentos mensais de R\$ 15,10 (10% do salário mínimo de maio de 2000) e os demais lotes vendidos em 108 pagamentos mensais de R\$ 15,10 (R\$ 1.630,80). Estes recursos totalizaram o valor de R\$ 32.006.934,22 ao longo de 12 anos. Para se ter uma idéia de uma referência de valor da grandeza do retorno destes investimentos podemos ter como indicador o orçamento fiscal do Município do ano de 2000, que atingiu R\$ 195 milhões, e que a média anual de retorno dos investimentos do programa, que representou cerca de 2% dos gastos anuais, foi maior do que o total anual de despesas de secretarias como Cultura, Esporte ou Planejamento. No entanto, a forma de captação dos recursos gerados, lamentavelmente, impediu que os programas usufruíssem receita por eles gerada.

3.3 CONDIÇÕES SÓCIO-AMBIENTAIS

Os efeitos do impacto ambiental do programa puderam ser constatados através da observação da ocupação dos vazios urbanos, na integração do trabalho próximo à moradia, na desconcentração das atividades produtivas e na redução da circulação das pessoas e veículos.

A existência dos minidistritos industriais também possibilitou a transferência de empresas que se encontravam inconvenientemente localizadas em áreas residenciais, possibilitando a melhoria ambiental do local onde as empresas estavam instaladas.

Para o estudo das condições ambientais existentes, tomamos como amostra as 103 propostas das primeiras empresas que se instalaram no Minidistrito Tancredo Neves. Observou-se que, dentre estas 103 micro e pequenas indústrias, 81 (79%) estavam instaladas em condições precárias em áreas residenciais. Das 103 empresas, 22 (21%) localizavam-se em área comercial e nenhuma empresa estava instalada em área industrial. Como já foi dito, o motivo preponderante apontado pelas empresas para participar do Programa de Minidistritos Industriais foi a precariedade das instalações e as limitações da localização em que se encontravam.

As empresas que estavam instaladas em área comercial, e principalmente as localizadas em área residencial, causavam também sérios transtornos à vizinhança. Estas micro e pequenas empresas, na maioria dos casos, são originadas de atividades informais que começaram no fundo de quintal ou garagem, cresceram e acabaram por ocupar o imóvel todo. Muitas vezes começaram como uma pequena oficina de artesanato, de móveis ou uma atividade doméstica de costura.

Depoimentos dos proprietários destas micro e pequenas indústrias atestam as dificuldades em que se encontravam, como se observa neste testemunho:

“Comecei no fundo do quintal, sozinho, apenas com minha mulher me ajudando. Com o tempo as encomendas foram crescendo e primeiro precisou de um ajudante, depois de outro, e hoje somos seis. O espaço ficou pequeno, o barulho aumentou e os vizinhos passaram a reclamar. A CETESB vinha intimando para sairmos de lá, mas

não havia locais disponíveis na cidade. Hoje (1999) estamos aqui no MDI com 14 empregados, mais minha mulher e filha. (P.B.S., proprietário de indústria moveleira no Minidistrito Tancredo Neves)”

Neste depoimento, percebe-se um aspecto importante que foi observado na pesquisa com os micro e pequenos empresários que se instalaram no Minidistrito Industrial Tancredo Neves: a inadequação da localização e instalações. Quanto ao esgotamento sanitário, uma preocupação dos empresários industriais, as empresas pesquisadas apresentavam um baixo índice de poluição das águas, pois, como se vê na Tabela 8, 82% das empresas geravam apenas esgoto doméstico e somente 18% produziam carga de esgoto doméstico e industrial.

Tabela 8 – Município de São José do Rio Preto: Estado de São Paulo
Minidistrito Industrial e de Serviços Tancredo Neves
Origem do despejo de esgoto

| Descrição | Quantidades | Percentual |
|-------------------------------|-------------|------------|
| Esgoto Doméstico | 84 | 82 |
| Esgoto Doméstico e Industrial | 19 | 18 |
| Total | 103 | 100 |

Fonte: Pesquisa realizada em 1998 na documentação de 103 processos de inscrição no Programa, relativos ao período de 1984 a 1988.

Assim, pode-se observar registrar que os minidistritos industriais apresentaram vantagens ambientais no que diz respeito à localização, baixíssimo risco de poluição ambiental, de ruído, odor ou destinação final dos esgotos.

Há também que associar as vantagens econômicas de emprego e renda às condições sociais, observando que próximo de todos os minidistritos, junto de área habitacional encontram-se Unidades Básicas de Saúde, escolas de primeiro e segundo graus, áreas de lazer, centro comunitários e creches em raio nunca superior a 1.000 metros. Lembrando também que a integração da habitação com o emprego, juntamente de outras políticas públicas, possibilitou vantagens sociais para a população de baixa renda residente nas áreas atendidas pelo Programa de Minidistritos Industriais.

Muitas dificuldades persistem e a desistência de 383 empresas potenciais mostra possíveis equívocos na implantação desta política pública ou, também, podem demonstrar sua implantação parcial, incompleta ou descontinuada.

A ocupação dos espaços de vazios urbanos pelos projetos do programa, o número de empresas instaladas ou em construção e o número de empresas implantadas vai evidenciar que o programa foi factível e viável. De outro lado, as desistências e a análise comparativa com outras experiências semelhantes do exterior demonstraram que a sobrevivência e ampliação eficaz do programa decorreu de sua capacidade de adaptação às novas necessidades que iam surgindo quanto à aglomeração das empresas, houve equívocos, que redundaram em pouca sinergia e baixa *atmosfera empresarial*.

O trabalho assim, aponta a necessidade da criação de mecanismos que possibilitem às empresas participantes do programa terem acesso a novos mercados, novas técnicas administrativas e de marketing, programas que dêem condições de interação entre as diversas empresas participantes. A inexistência do clima empresarial existente nos distritos industriais e a falta de relacionamento estreito entre as entidades empresariais, os poderes públicos e os micro e pequenos empresários dos minidistritos contribuem, a nosso ver, em parte para as desistências ocorridas. Além disso, as descontinuidades dos projetos e a inexistência de clareza de objetivos também vão desincentivar a permanência dos participantes.

Pode-se concluir, finalmente, que a diversificação das atividades constituiu-se em característica básica para o fortalecimento dos minidistritos. E o reconhecimento da importância da diversificação foi um passo fundamental da política pública para a estabilidade dos minidistritos. Fica também evidente a importância de estimular formas de cooperação entre empresas, de construir fóruns locais de discussão e decisões estratégicas, e de conciliar as ações das políticas públicas com ações privadas.

BIBLIOGRAFIA

- AZZONI, C. R. (Org.) *Onde produzir?: aplicações da teoria da localização no Brasil*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1985.
- CANO, W. Para uma política de resgate do atraso do Brasil na década de 90. *Economia e Sociedade*, Campinas: UNICAMP, p. 97-124.
- CANO, W. Subsídio para a reformulação das políticas de descentralização industrial e de urbanização no Estado de São Paulo. In: SEADE. *Interiorização do desenvolvimento no Estado de São Paulo (1920-1980)*. São Paulo: SEADE, 1988, p. 1-106.
- CANO, W., SEMEGHINI, U. C. Urbanização, desenvolvimento econômico e entidades regionais: reflexões sobre a experiência paulista. *A nova organização regional do Estado de São Paulo: subsídios para um modelo de gestão*, São Paulo: FUNDAP, 1991, p. 23-33.
- COELHO, F. D. (Org.) *Desenvolvimento econômico local: temas e abordagens*. Rio de Janeiro: IBAM/SERE/FES, 1996.
- COLEÇÃO SÃO PAULO NA LIMINAR DO SÉCULO XXI. Cenários da urbanização paulista - Secretaria do Planejamento e Gestão. Fundação Seade, 1992. 8. v.
- HSAINI, A. *A indústria de artefatos de couro de El Jem (Tunísia): um sistema de especialização em formação*. Um Ensaio Fundação de Economia e Estatística.
- KON, A. *Economia industrial*. São Paulo: Nobel, 1994.
- MEYER – STAMER, J. – Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, política de localização e competitividade sistêmica.
- PORTER, M. E. *Competição = On competition: estratégias competitivas essenciais*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- SCHMITZ, H (1997) – *Eficiência Coletiva: Caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte*, in ensaios F.E.E., ano 18, n.2 Porto Alegre.
- SEADE. A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, 1920/1980. São Paulo: SEADE v. 1, n. 1, 1988.
- SEADE. *Características gerais do processo de industrialização paulista*. São Paulo: SEADE. 1988.
- SEADE. *Espacialização da indústria paulista*. São Paulo: SEADE, 1990.
- SEADE. Migração no interior do Estado de São Paulo. In: Informe demográfico nº 23. São Paulo: SEADE, 1990.
- SECRETARIA de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. Política de Desenvolvimento urbano e regional da Estado de São Paulo. 2. ed. São Paulo, SEP/IPEA/CNPU, 1976.
- SENAI. *A indústria em São Paulo: sua evolução e distribuição espacial*. São Paulo: SENAI, 1992.
- SOUZA, M. C. A. F. *Pequenas e médias empresas na reestruturação industrial*. Brasília: Ed. Sebrae, 1995.
- STORPER, M. (1994) – “Territorialização numa Economia Global: possibilidades de desenvolvimento comercial e regional em economias subdesenvolvidas”. In, LAVINAS, Lena (org.) *Integração, Região e Regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- VASCONCELOS, L. A. T. Desenvolvimento econômico e urbanização na região administrativa de São José do Rio Preto e de Araçatuba. Campinas, 1992. Dissertação (Mestrado) Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

NOTAS:

- ¹ Aluno do Programa de Pós Graduação em Economia (História Econômica) FCL/UNESP. Câmpus de Araraquara)
- ² Professora do Programa de Pós Graduação em Economia (História Econômica) FCL/UNESP. Câmpus de Araraquara)
- ³ Plano de Governo Municipal para o período 1983 a 1988.
- ⁴ Entre os programas constantes destas políticas públicas estava o Programa Cidade de Porte Médio, no qual o Município de São José do Rio Preto se encontrava inserido, e que, cremos possa, no futuro ser alvo de outro estudo por não encontrar dentro do escopo de nosso trabalho.
- ⁵ BADESP – Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, atuava na área de fomento e financiamentos de longo prazo para empresas. Posteriormente transformou-se em um departamento do BANESPA, mantendo sua finalidade.
- ⁶ As famílias das áreas atendidas pelo projeto tinham o valor de até três salários mínimos como renda familiar.
- ⁷ A localização industrial tem sido estudada de longa data, por diversos autores. No Brasil, Azzoni (1985), Clemente (1977) e Rizzieri e Longo (1982), cujos textos embasaram as localizações dos Minidistritos Industriais. Recentemente, Clemente (1994) e Kon (1994) também trataram de localização industrial. Deve ser salientado, no entanto, que hoje a Teoria Clássica de Localização Industrial é insuficiente para explicar o surgimento e desenvolvimento de empresas que utilizam as novas tecnologias como insumo de produção, uma vez que a competitividade é disputada muito mais pela utilização de novas tecnologias do que pela disponibilidade de mão-de-obra e/ou recursos naturais. (Porter, 1999)
- ⁸ Em 1994 Kon viria tratar detalhadamente o assunto.
- ⁹ Sobre o assunto ver Hsaini, op. cit.
- ¹⁰ A empresa, que se localizava a cerca de 1.000 metros do minidistrito industrial em instalação, teve suas instalações, equipamentos e estoque de matérias-primas e produtos acabados totalmente destruídos por um incêndio. Por sugestão e solidariedade dos mutuários, foi-lhe concedida prioridade na escolha da área.
- ¹¹ Posteriormente em 1998 o prazo de pagamento foi estendido para 50 pagamentos mensais.
- ¹² A pesquisa de campo contou com a colaboração da economista Sandra Regina Tobias e do graduando Bruno Galli, das Faculdades D. Pedro II.
- ¹³ A escolha deste minidistrito para a pesquisa deveu-se ao fato de ele ser o primeiro minidistrito industrial instalado (1986), e ser também aquele que se encontra totalmente consolidado, tendo sua área totalmente ocupada.
- ¹⁴ <http://www.seade.gov.br>
- ¹⁵ Os consórcios de exportação que estão sendo implantados no Município de São José do Rio Preto sob orientação do SEBRAE, procuram juntar diversos fornecedores para colocar produtos locais no MERCOSUL e União Européia. Os primeiros resultados devem ocorrer em 2001.
- ¹⁶ Todos os recursos são mantidos em um único controle independente de suas origens. Não houve comprometimento das aplicações dos recursos recebidos nos seus respectivos programas.